



## Assembleia Municipal de Castro Marim

# ATA N.º 4

(sessão realizada em 30 de junho de 2025)

### Mesa:

**Presidência:** João Alfredo Fernandes Teixeira -----

**1º Secretário:** Luis Filipe Ribeiro Cruz -----

**2º Secretário:** Diane Currito Romão -----

Faltas: Lisandra de Jesus André Pereira Germano, Ana Catarina da Silva Norberto.

### Presenças:

Amândio de Sousa Rodrigues Norberto  
João Luís Saboia  
Ernestina Maria Valongo Martins Castro  
João Nuno Cabral e Pereira da Silva  
João Diogo Felício Anacleto  
José Luís Afonso Domingos  
Leonel Dinis Brás  
Luís Manuel Dias Martins  
Luís Miguel Madeira Afonso  
Maria Margarida do Livramento Claudino  
Victor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa

António Manuel Martins Pereira  
Fernanda Isabel Lopes de Sousa  
Maria do Rosário Custódio Sousa  
Nuno Duarte Gonçalves Emídio

Hora de abertura: 21:10 horas -----



## Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/06/2025

### Ordinária

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 – Apreciação e deliberação, das Atas de 28 de abril de 2025 -----

Ponto 2 – Correspondência recebida -----

Ponto 3 – Período Antes da Ordem do Dia -----

Ponto 4 – Período de Intervenção do Público -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

**Ponto 1** – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

**Ponto 2** – Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal – Pedido de Apoio – Arranjos da Cobertura da Sede da Junta de Freguesia de Odeleite -----

**Ponto 3** – 4ª Alteração Mapa Pessoal para o ano de 2025 -----

**Ponto 4** – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento AMAL/Municípios -----

**Ponto 5** – 4ª Revisão ao orçamento e GOP'S do ano de 2025 -----

**Ponto 6** – Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação de Bem Estar Social da Freguesia do Azinhal – Abertura de Creche e Pré- Escolar -----



## Assembleia Municipal de Castro Marim

**Sessão de 30/06/2025**

### Ordinária

**COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA** – Dando início à sessão o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Fernandes, saudou todos os presentes e verificou a composição da Assembleia. Não podendo estar presentes nesta sessão os Srs. Deputados Lisandra de Jesus André Pereira Germano, João Diogo de Castro Nabais dos Santos, Ana Catarina da Silva Norberto, Leonel Dinis Brás e António Manuel Martins Pereira, foram os mesmos substituídos nos termos da lei pelos Srs. Deputados Amândio de Sousa Rodrigues Norberto, Duarte Gil Rufino Maurício, João Diogo Felício Anacleto e António Manuel dos Santos Romeira. -----

As faltas foram devidamente justificadas. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO 1 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO, DA ATA DE 28 DE ABRIL DE 2025** - Foi presente a Ata de 28 de Abril de 2025 a fim de ser apreciada e aprovada. ----

O Sr. Deputado Municipal José Luís Domingos, solicitou a correção do último parágrafo da página 3. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Ata de 28 de abril de 2025 com a correção solicitada. Não participaram nesta votação os membros que não estiveram presentes na sessão a que a Ata diz respeito. -----

**PONTO 2 – CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** – A correspondência recebida foi disponibilizada a todos os membros da Assembleia Municipal para consulta. -----

#### **PONTO 3 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Usou a palavra o Sr. Deputado Municipal Vítor Rosa, tendo expressado o seu reconhecimento à Sra. Presidente e restante executivo da Câmara Municipal pela cerimónia do Dia do Município, que considerou uma celebração digna e reveladora da capacidade organizativa de Castro Marim.-----

O Sr. Deputado Municipal João Nabais, em representação da bancada do Partido Socialista, subscreveu as palavras do Deputado Vítor Rosa sobre o Dia do Município, mas manifestou preocupação relativamente à homenagem prestada ao Dr. José Estevens. Recordou que, em Assembleia Municipal de 23 de junho de 2023 (Ata n.º 3), o PS tinha proposto a atribuição do nome do Dr. José Estevens à Biblioteca Municipal, proposta essa secundada pelo PSD. Referiu que ficou então estabelecido um entendimento para uma homenagem conjunta e consensual, mas que tal não se concretizou, tendo sido surpreendidos com a atribuição de uma medalha ao referido homenageado, sem concertação prévia com a bancada socialista. Considerou que tal procedimento resultou numa homenagem aquém do que seria desejável e registou formalmente a crítica e o lamento da sua bancada.-----





## Assembleia Municipal de Castro Marim

**Sessão de 30/06/2025**

### Ordinária

O Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Deputado João Nabais e acrescentou que poderia ser solicitada à Sra. Presidente da Câmara a explicação sobre as razões da atribuição da referida medalha.-----

O Sr. Deputado Municipal José Luís Domingos tomou a palavra a fim de tecer duas considerações. Na primeira questionou a Sra. Presidente da Câmara sobre situações urbanísticas que considerou menos corretas, nomeadamente a proliferação de construções sem qualidade, pedindo esclarecimentos sobre o acompanhamento dessas situações. A segunda incidiu sobre a divulgação pública da taxa de IMI municipal, considerando incorreta a comunicação de que Castro Marim teria a taxa mais baixa do país (0,29%), explicando que, na prática, apenas a primeira habitação beneficia dessa redução, sendo as restantes sujeitas à taxa de 0,39%. Referiu ainda o impacto da reavaliação dos imóveis, que levou a um aumento generalizado dos encargos. Concluiu com uma nota sobre a extinção da Associação de Agricultores da Junqueira, da qual foi presidente durante 30 anos, e questionou a Sra. Presidente sobre a eventual cooperação do Município com a gestão do Perímetros de Rega.-----

O Sr. Deputado Municipal Pereira da Silva tomou a palavra tendo abordado duas questões. A primeira relativa a uma habitação na Urbanização das Laranjeiras, que se encontra desocupada há cerca de sete meses, apelando a que seja verificada a situação, uma vez que poderia servir para apoiar famílias necessitadas. A segunda respeitou à limpeza de bermas e espaços sobranceiros, alertando para riscos de incêndio e apelando à Câmara para notificar os responsáveis pela manutenção. Questionou ainda sobre a entrada para o empreendimento Verde Lago, solicitando esclarecimentos quanto ao carácter provisório ou definitivo das obras em curso.-----

O Sr. Deputado Municipal Nuno Emídio agradeceu publicamente ao Município de Castro Marim pelo apoio concedido às Marchas Populares, destacando o contributo das associações locais, da Banda de Castro Marim, da marcha "Amendoeiras em Flor" e da marcha do Sapal da Santa Casa da Misericórdia. Reforçou a importância da continuidade do apoio municipal a estas tradições culturais.-----

O Sr. Deputado Municipal Vítor Rosa tomou novamente a palavra para esclarecer que as condecorações atribuídas ao Dr. José Estevens e ao Dr. Francisco Amaral não resultaram de uma decisão unilateral, mas sim de análise em sede de comissão própria, nos termos regulamentares. Sublinhou que futuras homenagens deverão ser tratadas em tempo oportuno e não em período eleitoral.-----

O Sr. Deputado Municipal Amândio Norberto agradeceu o reconhecimento recebido no Dia do Município, lamentando não ter podido estar presente na cerimónia.-----





## Assembleia Municipal de Castro Marim

**Sessão de 30/06/2025**

### **Ordinária**

A Senhora Presidente tomou então a palavra, começando por responder a várias questões colocadas. Relativamente ao Dia do Município, recordou que, a par do Deputado Municipal José Luís Domingues e do Deputado Municipal António Pereira, acompanhou de perto diversas disputas políticas ao longo dos anos. Destacou a importância que o Dr. José Estevens sempre atribuiu às distinções honoríficas municipais, nomeadamente à Medalha de Honra, nos graus Ouro e Prata, cuja atribuição está regulamentada desde o ano 2000. Informou que apenas foram atribuídas 13 Medalhas de Honra, todas de grau Ouro, sendo esta considerada a maior distinção protocolar do município. Explicou que o processo de atribuição envolve uma proposta do Presidente da Câmara, ouvida previamente a Comissão de Condecorações e os partidos com assento na Assembleia Municipal.-----

Referiu que, desde 2014, não se procederam a novas distinções ao abrigo desse regulamento. No entanto, destacou que a recente proposta de distinção foi precedida de um diálogo aberto e respeitador com a família do homenageado, evitando qualquer interpretação de aproveitamento político. Sublinhou que o Dr. José Estevens deixou de exercer funções em 2013 e que, embora tenha sido apresentada uma proposta em 2015, esta não reuniu consenso.-----

Assegurou que a decisão agora tomada foi feita com o maior respeito, sentimento e consideração pelo percurso do homenageado, sendo aprovada por unanimidade quer pela Comissão de Condecorações, quer pela Câmara Municipal. Finalizou a intervenção reafirmando a separação entre emoção e racionalidade que procurou manter ao longo de todo o processo.-----

A Senhora Presidente deu continuidade à sua intervenção, abordando a questão do nome da Biblioteca Municipal. Referiu que o Dr. José Estevens nunca desejou que a sua pessoa fosse associada ao nome da biblioteca, destacando que a instituição tem uma marca própria, cuidadosamente pensada e estudada. A marca da biblioteca, segundo explicou, inclui o design de uma estrela de Salomão e a assinatura "Para além do conhecimento", refletindo o propósito da instituição.-----

A Senhora Presidente também frisou que, embora a Assembleia Municipal tenha soberania para tomar as suas decisões, é importante respeitar a história e as razões que motivaram a criação dessa identidade para a biblioteca. Considerou ser necessário estudar com calma qualquer proposta de alteração ao nome ou à assinatura da biblioteca, lembrando que a construção da obra, a escolha dos móveis e outros pormenores também fazem parte dessa história.

Adicionalmente, a Senhora Presidente mencionou que a sua posição sobre o assunto se baseia na compreensão de que as decisões devem ser tomadas com ponderação, respeitando o legado dos envolvidos. Afirmou que, em sua opinião, não deveria haver mudanças precipitadas, e que seria prudente ouvir todas as partes antes de proceder com qualquer alteração. Também salientou que, em relação a distinções ou homenagens após a sua passagem, pessoalmente não se interessaria por tais reconhecimentos, pois acredita que esses temas não devem ser usados para fins políticos ou eleitorais.-----





## Assembleia Municipal de Castro Marim

**Sessão de 30/06/2025**

### **Ordinária**

Por fim, a Senhora Presidente da Câmara comentou sobre o Dia do Município, agradecendo as palavras de todos e reconhecendo o esforço de toda a equipa que trabalhou para a realização do evento. Destacou o trabalho colaborativo dos dirigentes e do secretariado, reconhecendo que, apesar de alguns desafios operacionais, a cerimônia foi bem-sucedida e as distinções foram amplamente bem recebidas.-----

Ainda sobre o Dia do Município, a Senhora Presidente da Câmara expressou a ausência do Delegado Municipal Amândio Norberto com pesar, destacando foi lido um texto preparado em sua homenagem por uma amiga de longa data, a Senhora Almerinda Romeira. A Senhora Presidente agradeceu o esforço da Senhora Almerinda Romeira e frisou o facto de o Sr. Amândio Norberto se encontrar a representar Portugal no campeonato mundial, o que considerou ser um facto de grande relevância, notado e valorizado. Agradeceu-lhe por levar a bandeira do município tão longe e destacou que, em devido momento, seria feita a transmissão da mensagem preparada para ele, com a entrega da medalha e o devido reconhecimento pelo seu contributo cívico, desportivo e político. Reconheceu, ainda, que embora estejam em campos distintos, o objetivo comum de todos é sempre o bem de Castro Marim, e que esse objetivo é também digno de distinção.-----

A Senhora Presidente da Câmara abordou a questão do urbanismo e da regularização dos imóveis, destacando que, embora esteja nas funções há menos de dois meses, já foi feito um levantamento das situações irregulares. Informou que existem processos em andamento para quase todas essas situações, mas reconheceu que se tratam de processos demorados. Algumas notificações têm sido difíceis de realizar, principalmente em casos em que os imóveis mudam de proprietário, mas vão sendo concretizadas em articulação com o GNR. Já foi solicitado orçamento para avançar com três situações prioritárias, de modo a iniciar a notificação das ordens de demolição.-----

A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que, embora o procedimento para chegar à ordem de demolição ainda não esteja totalmente estruturado, as notificações estão em curso e os processos mais avançados já estão a ser acompanhados. Afirmou que é importante dar um sinal claro de que a lei deve ser cumprida, tanto no Algarve quanto em todo o país, e que, embora a autarquia não tenha divulgado uma nota de imprensa como outros municípios, as autoridades estão a trabalhar de forma silenciosa, mas eficaz.-----

A Senhora Presidente abordou a questão do IMI, explicando que a taxa para a habitação própria permanente é de 0,29%, o que foi amplamente esclarecido e não sofreu contestações. Afirmou que a taxa de IMI é uma decisão da Câmara Municipal e não uma bonificação. Esclareceu que não é possível pela administração fiscal aplicar duas taxas de IMI, sendo que a bonificação é de 25%, o máximo permitido pelo regulamento municipal.---

A Senhora Presidente da Câmara também trouxe informações sobre a complexidade da declaração de IMI e mencionou que, frequentemente, os munícipes têm dificuldade em entender as declarações, principalmente devido ao sistema fiscal e à falta de clareza nos





## Assembleia Municipal de Castro Marim

**Sessão de 30/06/2025**

### **Ordinária**

documentos de liquidação do IMI. Relatou que, por exemplo, uma pessoa com uma casa no valor patrimonial de 130.000€ e três dependentes pode obter um desconto de 333€ no IMI, enquanto outra pessoa, com uma casa de valor semelhante, mas apenas um dependente, paga 217€. Esta discrepância ocorre devido aos descontos adicionais por dependentes, que podem variar entre 42€ e 210€, dependendo do número de dependentes. Explicou ainda que, para a primeira aquisição de casa, a Câmara estendeu a isenção de IMI por 5 anos e devolve o IMT, embora a administração fiscal não permita a isenção direta. No entanto, reconheceu que algumas pessoas questionaram se estavam a pagar mais ou menos do que antes. A Senhora Presidente da Câmara garantiu que, pelo mecanismo municipal de descontos, pagar mais seria impossível, mas esclareceu que, em 2023, o Governo alterou o valor de referência do metro quadrado, o que afetou a avaliação dos imóveis. Esse aumento de valor só foi sentido mais tarde, mas foi evitado o impacto maior graças às reduções aplicadas pela Câmara Municipal.-----

A Senhora Presidente detalhou como o valor patrimonial das casas e a atualização das avaliações, determinadas por uma portaria governamental, influenciam o valor do IMI. Mencionou que o município não tem influência sobre essas avaliações, mas que a Câmara Municipal tem implementado medidas para mitigar o impacto da alteração nos valores patrimoniais, reduzindo os efeitos para os munícipes. Observou também que, caso as propriedades não sejam regularizadas em termos de partilhas, as pessoas não podem usufruir da taxa de IMI reduzida para habitação própria permanente, mas essas situações serão corrigidas no próximo ano, com a regularização das informações pela administração fiscal.-----

A Senhora Presidente concluiu destacando que, até o momento, não houve reclamações de munícipes afetados pela falta de regularização da sua situação fiscal e agradeceu a todos os envolvidos na implementação do regulamento e na sua divulgação, reconhecendo o empenho e trabalho significativo para garantir que o processo fosse transparente e justo.-----

A Senhora Presidente da Câmara fez uma exposição sobre a questão das barragens, referindo que a Câmara Municipal nunca respondeu ao Ministério da Agricultura sobre a aceitação das barragens no concelho, uma vez que, ao longo de 20 a 30 anos, o Ministério não havia controlado adequadamente o processo. A Câmara tem conhecimento de quatro barragens no concelho classificadas como de nível 4, com gestão independente, que foram construídas e pagas por particulares, antes da barragem de Odeleite e do Beliche.

A Senhora Presidente explicou que, recentemente, o Ministério da Agricultura passou a exigir uma gestão diferente para essas barragens, convocando as cooperativas e juntas de freguesia para reuniões sem o conhecimento da Câmara Municipal. Sublinhou que o Ministério, ao tentar resolver o problema, sugeriu que a Câmara não aceitasse a gestão das barragens, o que colocou a Câmara em uma situação delicada, sem uma posição definida. Relatou que a Câmara Municipal convocou as quatro cooperativas e juntas de freguesia para uma reunião, onde se procurou entender como funcionaria a gestão das barragens, mas o Ministério da Agricultura não soube informar com clareza sobre os





## Assembleia Municipal de Castro Marim

**Sessão de 30/06/2025**

### Ordinária

custos e a viabilidade do projeto. O Ministério sugeriu que as barragens fossem transferidas para outra entidade, mas a Câmara Municipal não tomou posição, pois ainda não tinha informações suficientes sobre o impacto dessa transferência.-----

A Senhora Presidente referiu que, ao longo do processo, o Ministério da Agricultura iniciou um projeto para reclassificar as barragens e passou a responsabilidade para a Associação de Regantes do Sotavento, uma entidade pública, que conseguiria obter financiamento a fundo perdido. Contudo, a barragem da Corte Pequena não se encaixava nas condições para obter esse financiamento, pois não se tratava de uma entidade pública, o que gerou complicações. A Senhora Presidente destacou que, embora a Câmara Municipal não se tenha envolvido diretamente nas reuniões e decisões, sempre se disponibilizou para contribuir com as cooperativas e juntas de freguesia, com o objetivo de proteger o território e as pessoas, além de garantir tarifas justas para os utilizadores das barragens. Informou também que, em relação à Barragem de Várzea do Odeleite, que será gerida pelo Ministério da Agricultura, a Câmara assumirá a responsabilidade de monitorar os custos de exploração do perímetro de rega, e que essa tarifa será ajustada conforme os custos operacionais.-----

A Senhora Presidente concluiu dizendo que a Câmara Municipal, embora não assuma a gestão direta das barragens, está a colaborar com as entidades competentes, tendo garantido que qualquer protocolo ou comodato que envolvesse a gestão das barragens seria com a responsabilidade da cooperativa e que a Câmara não assumiria encargos administrativos ou financeiros. -----

A Senhora Presidente da Câmara abordou a questão da urbanização das Laranjeiras, explicando que, atualmente, existe uma habitação disponível para atribuição, com vastos pedidos a serem analisados. Ela destacou que muitos desses processos estão ligados a situações em curso na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o que dificulta a decisão final, pois há a necessidade de aguardar informações adicionais para concluir o processo. A complexidade da situação está relacionada ao grande número de pessoas em espera, e a Câmara está a considerar diversos fatores, incluindo decisões judiciais em andamento e questões ligadas à CPCJ.-----

Em relação à urbanização da Praia Verde, a Senhora Presidente da Câmara reconheceu que a recolha de lixo na área tem sido cada vez mais empenhada, ainda que seja deficiente, mas afirmou que a Câmara está empenhada em resolver a situação, apesar de ainda haver deficiências no sistema. Informou que está em processo de elaboração de um protocolo com a Associação de Proprietários, com o objetivo de melhorar os recursos humanos alocados à limpeza. No entanto, o processo de formalização desse protocolo demorou algum tempo, tanto da parte da Câmara quanto da parte da associação, e foi só há duas semanas que foi possível avançar com uma proposta. A Câmara reconhece que todas as urbanizações necessitam de um recurso dedicado à limpeza e manutenção, sugerindo que o protocolo em questão possa ajudar a mitigar essas lacunas. Quanto à notificação de proprietários de espaços, a Senhora Presidente indicou que, embora não tenha a certeza se já foram feitas todas as notificações, a Câmara irá reiterar esse pedido,





## Assembleia Municipal de Castro Marim

**Sessão de 30/06/2025**

### Ordinária

assegurando que as questões relacionadas à limpeza e manutenção não serão negligenciadas.-----

Relativamente aos acessos da Verde Lago, a Senhora Presidente explicou que existe um acesso autorizado apenas enquanto as obras de urbanização estiverem em curso. Este acesso é temporário, e não se prevê que haja outro caminho alternativo, a não ser que alguém proponha uma alteração no plano pormenor, o que, segundo ela, talvez não valha a pena dado o esforço envolvido. No que diz respeito ao acesso ao hotel, ela esclareceu que o acesso principal do hotel está aprovado desde 2004 e será feito pela estrada da Praia Verde. O hotel, que possui um lote autónomo dentro do plano de urbanização, desenvolver-se-á a partir de um nível específico e a receção será localizada nesse mesmo nível, separada do restante empreendimento. A Senhora Presidente da Câmara também mencionou que a Câmara Municipal pediu a realização de um estudo prévio para o melhoramento da infraestrutura da área, incluindo o alargamento da estrada e a construção de novos passeios e uma via para circular. Este estudo prevê a expropriação ou negociação com os proprietários das áreas envolvidas, com o objetivo de garantir as condições mínimas de implantação. A Câmara Municipal já negociou em várias frentes para além do que estava originalmente previsto, e um projeto foi apresentado com um estudo prévio que inclui, entre outras coisas, a renovação da rotunda da Praia Verde. A Senhora Presidente da Câmara acrescentou que, agora, é necessário entrar na fase de negociação com os proprietários das áreas para poder concretizar esses planos, respeitando os direitos de propriedade e procurando uma solução em harmonia com todos os envolvidos. -----

A Senhora Presidente da Câmara fez uma saudação ao trabalho realizado pela Junta de Freguesia de Castro Marim e pelas coletividades locais. Destacou que o trabalho realizado este ano foi melhor do que nos anos anteriores, e expressou o seu agradecimento pelo empenho de todos os envolvidos. A sua consideração foi especialmente voltada para as pessoas que participaram na marcha, incluindo aqueles que ensaiaram, trabalharam nos fatos e se envolveram de forma geral. Enalteceu ainda o facto de a marcha se ter apresentado em outros bailes e freguesias, e isso contribuiu para valorizar o trabalho feito. Agradeceu, igualmente, à Marcha de Monte Gordo que teve a oportunidade de se apresentar, fruto de um convite ou permuta com a Banda Musical Castro-marinense. Lamentou que o evento não tenha ocorrido em um espaço mais amplo, explicando que a Câmara Municipal não foi informada sobre a grande participação que estava a ser preparada, mas reafirmou que a experiência foi bonita e que todas as três marchas estavam muito bem organizadas, com uma participação diversificada.-----

Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal, João Nabais, esclareceu que o Partido Socialista não é contra a atribuição da medalha ao Dr. Esteves, mas que a sua crítica se dirige ao procedimento adotado pela Câmara Municipal. Fez referência a uma alteração à ordem do dia realizada numa reunião da Assembleia Municipal em 28 de junho de 2023, onde foi proposta a atribuição do nome do Dr. Esteves à biblioteca. O Deputado explicou que, na altura, a proposta foi aceite, mas com a expectativa de que se chegasse a um consenso em torno da homenagem, o que não ocorreu. Segundo ele, o que foi criticado foi





## **Assembleia Municipal de Castro Marim**

**Sessão de 30/06/2025**

### **Ordinária**

o facto de a medalha ter sido atribuída sem um esforço de consensualização entre as várias partes, contrariamente ao que foi aprovado na Assembleia Municipal. Ele também afirmou que, embora o Partido Socialista não se oponha à atribuição da medalha, a crítica recai sobre o processo e a falta de diálogo para a concretização da proposta inicial. -----

A senhora Presidente da Câmara mencionou que já tinha prestados os devidos esclarecimentos sobre a questão. -----

Usou a palavra o Deputado Municipal, José Luís Domingos, e iniciou a sua intervenção referindo que o assunto das barragens foi sempre tratado como um tema pessoal e coletivo, expressando desagrado pelo rumo que o processo tomou. Embora reconhecesse que o sistema pode vir a ser melhorado, preocupa-se com a responsabilidade financeira que seria atribuída aos proprietários no futuro. Mencionou que, embora fosse um dos que menos dependem das barragens, temia o impacto nos outros agricultores que possuem mais terreno e utilizam mais água. Destacou ainda que, ao contrário de Tavira, onde as autoridades atuaram rapidamente, Castro Marim mostrou menos disposição para colaborar, não por não querer colaborar, mas por não ter mostrado o mesmo compromisso de Tavira no processo, que foi mais ágil. O Deputado sublinhou que, embora os resultados possam ser bons, a preocupação prende-se com o impacto financeiro, principalmente para os pequenos proprietários.-----

Em resposta, a Senhora Presidente da Câmara fez um breve esclarecimento sobre as reuniões realizadas e a sua tentativa de envolver os diversos envolvidos. Relatou que o Deputado não compareceu a uma reunião importante que tinha sido previamente marcada, e que isso tinha dificultado as discussões sobre o processo das barragens.-----

A Presidente continuou a sua intervenção, afirmando que a Câmara se envolveu no processo da melhor maneira possível, tendo até entrado em contacto com os presidentes das cooperativas para entender as necessidades. No entanto, lembrou que, apesar do esforço da Câmara, o Ministério da Agricultura nunca fiscalizou devidamente as barragens nos últimos 20 anos, o que complicou a situação. A Presidente acrescentou que a Câmara Municipal não tinha sido chamada para nenhuma reunião com o Ministério da Agricultura e que, apesar de todas as dificuldades, procuraram colaborar com todos os envolvidos. Também mencionou que, em relação às entidades gestoras das barragens, algumas não tinham capacidade para cumprir o caderno de encargos do projeto, e isso complicou ainda mais o processo. Contudo, a Câmara conseguiu garantir que o financiamento fosse aprovado e que o projeto fosse levado adiante, de forma a assegurar a gestão autónoma das barragens no futuro. Por fim, a Senhora Presidente fez um apelo para que não houvesse aproveitamento político do processo, reafirmando o compromisso da Associação de Regantes do Sotavento em colaborar para garantir a sustentabilidade das barragens, especialmente para a biodiversidade e a pequena agricultura.-----

#### **PONTO 4 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

Não se registaram intervenções do público-----





## Assembleia Municipal de Castro Marim

Sessão de 30/06/2025

Ordinária

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

**PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** – Foi presente à Assembleia Municipal uma informação escrita do Presidente da Câmara sobre a atividade do Executivo, disponibilizada a todos os membros. O original fica anexo à ata, dela fazendo parte integrante. -----

Com base no alinhamento da informação escrita pela Sr.ª. Presidente da Câmara Municipal, foi feita uma apresentação em power point detalhada sobre os projetos em curso no Município de Castro Marim. -----

Usou a palavra o Deputado Municipal, José Luís Domingos, fez uma análise detalhada dos valores das despesas de capital, apontando que, nos últimos 12 anos, o município não conseguiu realizar mais do que 6 milhões de euros em despesas de capital. Expressou preocupação com a execução financeira desses projetos, mencionando que a arrecadação de receita líquida do município até junho de 2025 estava apenas em 6% do previsto, comparado aos 15,4% do ano anterior. Além disso, o Deputado José Luís Domingos questionou a viabilidade financeira do município para realizar 120 milhões de euros em obras nos próximos 20 anos, dado o ritmo atual de execução dos projetos. Também se referiu ao contrato de urbanização feito em 2019 com os proprietários do loteamento perequacionado, PP1 de Altura, destacando que o custo inicial estimado de 1.300.000 euros para os custos gerais da urbanização já subiu para 2.100.000 euros. O Deputado José Luís Domingos questionou, portanto, a diferença entre os custos inicialmente projetados e a realidade atual, e como isso impacta a execução das obras. -----

Em resposta ao Deputado Municipal José Luís Domingos, a Presidente da Câmara esclareceu que houve um aumento de custos nos transportes, de custos com a Associação Odiana, entre outros. Mais acrescentou que a Câmara tem cumprido com as obrigações contratuais, apesar das dificuldades encontradas durante a execução das obras, como a necessidade de expropriações e novos custos imprevistos com as infraestruturas. -----

**PONTO 2 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO, SOB PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL – PEDIDO DE APOIO - ARRANJO DA COBERTURA DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ODELEITE** - Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----





## Assembleia Municipal de Castro Marim

**Sessão de 30/06/2025**

### Ordinária

**PONTO 3 – 4ª ALTERAÇÃO MAPA PESSOAL PARA O ANO DE 2025** – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**PONTO 4 – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO AMAL/MUNICÍPIOS** – Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**PONTO 5 – 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S DO ANO DE 2025-** Foi presente à assembleia municipal a proposta em epígrafe, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta. Registaram-se treze votos a favor da bancada do PSD, e 6 abstenções da Bancada do PS. -----

**PONTO 6 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DO AZINHAL - ABERTURA DE CRECHE E PRÉ-ESCOLAR** - Foi presente à assembleia municipal a documentação relativa a este ponto, que se anexa à Ata, dela fazendo parte integrante, e que havia sido entregue a todos os membros. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão. -----





## Assembleia Municipal de Castro Marim

Às vinte e três horas e vinte minutos, do dia 30 de junho de 2025, foi aprovada por unanimidade e assinada a Minuta da Ata e encerrada a sessão, que eu Luís Filipe Ribeiro Cruz Primeiro Secretário, subscrevi. -----

O Presidente da Assembleia,

João Alfredo Fernandes Teixeira

O Primeiro Secretário,

Luís Filipe Ribeiro Cruz

O Segundo Secretário,

Diane Currito Romão